

A Atividade Turística e a (des)Ordenação do Espaço Geográfico

Suzana Santos Campos¹

Resumo

Este artigo abordará um pouco sobre a atividade turística, no que ela consiste, o que se deve levar em consideração quando se pretende alcançar crescimento e desenvolvimento a um município por meio do turismo e considerações sobre o turismo e o mundo na atualidade. Discutirá também questões relativas à comunidade local e seu papel no processo de planejamento turístico. Para abordar sobre a (des)ordenação do espaço geográfico, toma-se primeiramente o conceito de lugar turístico. E por fim, o trabalho proposto objetiva mostrar quais são os impactos causados por uma atividade turística que surge espontaneamente em uma localidade e as mudanças territoriais causadas em função desta atividade tomando como exemplo o que aconteceu nas regiões litorâneas, por meio do Turismo de Sol e Praia.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento. Impactos. Turismo de Sol e Praia.

Introdução

O turismo é uma das atividades que mais cresce no mundo, sendo no setor de serviços o que gera mais empregos. É uma atividade econômica vinculada ao setor terciário da economia que teve sua origem e crescimento dentro do sistema capitalista, apropriando-se do meio ambiente para produzir bens e serviços a serem vendidos e consumidos por seus clientes – os turistas.

O turismo atinge um grande número de serviços e equipamentos, além da própria infra-estrutura local e seus atrativos para atender e satisfazer o turista. Para a formação de uma oferta turística completa, vários são os espaços ocupados e utilizados para o bom funcionamento de uma dinâmica tão complexa proporcionada pela atividade turística.

Entende-se que assim como em qualquer atividade exercida no turismo, a infra-estrutura básica e os equipamentos e serviços turísticos devem atentar para a conservação e manutenção dos recursos naturais, priorizando e preocupando com as questões ambientais, além de prezar por uma alta qualidade dos serviços prestados.

Sendo assim, este artigo tratará de questões básicas pertinentes ao turismo, conceituará a atividade e explicará um pouco sobre os componentes da oferta turística

¹ Professora da Universidade Federal de Viçosa – Campus Florestal. Coordenadora do Curso Técnico em Turismo da UFV – Campus Florestal. Bacharel em Turismo, Especialista em Educação Ambiental e com MBA em Hotelaria. E-mail para contato: suzanacampos@ufv.br

para que seja possível compreender de que forma devemos planejar um lugar turístico; levando em consideração o turista, as potencialidades locais, a ocupação do território e seus prováveis impactos físicos e sociais.

Para tanto, após a compreensão sobre o que compõe uma atividade turística, serão abordados basicamente os conceitos de território e lugar turístico e se aprofundará no estudo do segmento Turismo de Sol e Praia para que seja possível compreender o arranjo espacial formado pela atividade turística nas regiões litorâneas. Apontar-se-ão, desta forma, os impactos decorrentes da utilização destes espaços pela atividade turística e o que deveria ter ido feito para evitá-los.

Turismo: conceituando e entendendo um pouco sobre como planejar esta atividade

Muito tem se falado e discutido sobre conceitos de turismo, sobre os tipos de turismo, sobre sua importância econômica e social e sobre seus possíveis impactos positivos e negativos. No entanto, percebe-se que os conceitos apresentados procuram buscar um melhor entendimento desta atividade econômica, mas que ainda levam a intensas discussões entre os diversos pesquisadores da atividade turística.

Assim, destaca-se que o turismo vem surgindo como forma de desenvolvimento, sendo visto como uma atividade que pode fomentar o crescimento econômico em uma localidade ou se tornar sua principal atividade econômica. Para tanto, deve-se ter em mente que “turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial” (BARRETO, apud TRIGO, 1999, p.5).

“Turismo é definido como o sistema inter-relacionado que inclui os turistas e os serviços associados (facilidade, atrações, transporte e hospedagem) fornecidos e utilizados para auxiliar a movimentação do turista” (FENNELL, 2002, p.17). Considerando que o turismo envolve tantas atividades e setores diferentes para que aconteça de forma completa em uma localidade, falar em desenvolvimento turístico local, só será possível se este estiver atrelado a um desenvolvimento social, a uma melhoria geral da qualidade de vida da comunidade receptora, a uma melhoria da infraestrutura básica e infraestrutura turística; tudo isto em favor de uma proteção do meio ambiente e valorização da cultura local.

A concretização da atividade turística se dá no momento em que o visitante consome a oferta turística, ou seja, o produto turístico. “A análise econômica entende por oferta a quantidade de mercadoria ou serviço que entra no mercado consumidor a um preço dado e por um período determinado” (BOULLÓN, 2002, p.42). A oferta turística é composta por atrativos, equipamentos e serviços básicos e turísticos e infraestrutura básica e específica.

Neste sentido entende-se por atrativo turístico todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los; os equipamentos e serviços turísticos representam o conjunto de edificações, de instalações e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística como os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação e outros; e a infraestrutura de apoio turístico é o conjunto de obras e instalações da estrutura física de base que cria as condições para o desenvolvimento de núcleos receptores de turismo: serviços urbanos e outros. (BENI, 2001).

Todos estes componentes devem ser considerados ao se pensar no planejamento e desenvolvimento de uma atividade econômica tão dinâmica como é o turismo. Chama-se a atenção para o fato de focalizar sempre em primeiro lugar a necessidade de implementar uma infraestrutura básica para a população local, inserindo-a na atividade e valorizando seus hábitos, costumes e práticas. Sem esta preocupação, acredita-se que a população tende a se sentir alijada do processo.

É importante e necessário se preocupar com a infraestrutura específica, pois, esta é uma atividade extremamente especializada. Neste contexto, a preocupação dos planejadores e gestores deve focar a busca de um equilíbrio entre o que é oferecido ao visitante e ao morador local, garantindo que no futuro não sejam encontrados conflitos gerados a partir da exclusão do morador do processo econômico implantado ou o seu aproveitamento em áreas menos valorizadas da atividade.

Por fim, devemos conhecer a demanda, ou seja, o visitante, o turista que se desloca para uma localidade receptora. BOULLON (2002, p.40) caracteriza “a quantidade de turistas que há em um dado momento em determinado lugar, e a soma de bens e serviços efetivamente solicitados pelos consumidores nesse local durante sua

estada” de *demanda real*. É importante estudar esta demanda para melhor adequar a localidade aos anseios dos turistas. Não menos importante é identificar e buscar novas demandas. Sendo assim, deve-se conhecer a *demanda reprimida ou demanda potencial*, ou seja, aquela parte da população que por algum motivo ainda não foi conquistada ou não viaja. Entender sua razão pode gerar mudanças no planejamento das localidades receptoras, fazendo com que esta passe a ser uma demanda real, aumentando o fluxo nestes lugares.

No turismo, os agentes responsáveis por seu desenvolvimento em uma localidade devem estar atentos também às tendências futuras, para que seu produto acompanhe as mudanças que acontecem tanto internamente, quanto ao seu redor. Segundo LICKORISH e JENKINS (2000, p.293), os principais agentes de mudança são: os determinantes da demanda; a resposta da oferta pelo desenvolvimento da indústria, levando em consideração os fatores externos e econômicos em geral; as filosofias políticas e a função do governo. Portanto, apesar da importância de se preservar as características originais do produto turístico e principalmente da localidade onde este produto se insere, os responsáveis pelo desenvolvimento turístico de qualquer local, deve se preocupar e acompanhar as mudanças que ocorrem em todos os lugares, pois são pequenas coisas que fazem a diferença na hora de cativar o turista ou de manter o seu produto vivo na cabeça das pessoas, ficar atento a estas transições para que possa sempre melhorar o seu atrativo sem perder a sua originalidade.

Os novos cenários e tendências mundiais levam a perceber as mudanças e exigências que acarretam na atividade turística e consequentemente no perfil do turista. Dentre estes cenários podemos destacar: os avanços tecnológicos, internacionalização e globalização da economia e a formação geoestratégica de blocos econômicos. Os fatores citados levam ao reconhecimento de um novo turista, o qual passa a ser mais exigente quanto aos produtos turísticos, que já não é “passado para trás” com facilidade pois tem ao seu alcance as informações que quer com o advento da internet e comunicação, tem maior escolaridade e por isto são mais esclarecidos e contam com um maior planejamento de seu tempo livre e férias. Chama-se este novo perfil do turista de *alocêntrico*, ou seja, arrojado, que quer conhecer mais coisas, em menor tempo e com menor custo; diferentemente daquele turista *psicocêntrico* (conservador).

Esta discussão sobre as tendências atuais e futuras e os resultados diretos e indiretos que são acarretados no Turismo, leva a conclusão que novas destinações e tipos de turismo surgem e continuarão a surgir a todo momento, sejam elas de desenvolvimento espontâneo, ou seja, quando lugares sem organização e condições de oferecer aos visitantes um produto de qualidade começam a receber fluxos turísticos em busca de novos destinos turísticos; ou através de um desenvolvimento intencional e dirigido, ou seja, formam-se destinos turísticos por meio de um planejamento estratégico, que beneficie a população residente e tendem a apresentar produtos turísticos completos.

As reflexões e conceitos apresentados até o momento, ajuda a entender que o desenvolvimento dos variados segmentos do turismo depende da localização geográfica, características físicas, ambientais e culturais, dos diferentes tipos de demanda, do mercado, das condições financeiras e de mão-de-obra local, das parcerias existentes (público, privada, terceiro setor) e fundamentalmente do tipo de turismo que determinada localidade deseja que seja nela desenvolvida.

A atividade turística deve considerar as características do ambiente na qual está sendo inserida. Esta etapa é fundamental e deve compor os planos de desenvolvimento que envolvem a implantação desta importante atividade econômica. Indiscutivelmente, todas as atividades econômicas trazem algum tipo de impacto ao ambiente, seja ele natural, social, político ou cultural. Estes podem ser positivos ou negativos. Quando forem positivos deve-se buscar uma maximização de seus efeitos, quando negativos uma minimização.

Sendo assim este artigo tratará, a seguir, de alguns impactos que o desenvolvimento da atividade turística acarreta nos municípios, mais especificamente àqueles que tem como atrativo principal a praia. Para tanto, é necessário falarmos um pouco sobre território e lugar turístico.

Turismo e a (des)ordenação do espaço geográfico

Se considerar território um espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, ou seja, de organizar e relacionar com a natureza, com a cultura e seus recursos, pode-se dizer que um território turístico surge com a apropriação de um espaço pela prática social do turismo. Lembrando que “o espaço – noção abstrata –

ganha materialidade por meio da prática social que se realiza em determinado lugar, como modo de apropriação desse lugar” (CARLOS, 2001, p. 51). Portanto, de acordo com CRUZ (2001, p.5): “O turismo, é, antes de mais nada, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo.”

Com efeito de relacionar turismo e a (des)ordenação do espaço geográfico, toma-se a atividade turística para entender esta complexidade do conceito de território, pois esta é causadora de várias mudanças nos lugares onde se desenvolve. De um lado, o turista com seus hábitos de consumo e costumes próprios, de outro, a comunidade local, que ali vive e trabalha e, por mais que a presença de visitantes a possa incomodar, deles depende financeiramente. Veja que aí encontra-se duas territorialidades distintas nos lugares turísticos: para a população autóctone um território de labor, enquanto que para o turista, um território de descanso e lazer. Percebe-se, claramente, esta dualidade em regiões litorâneas. Antes de abordar as questões referentes aos impactos físicos, econômicos e sociais do turismo de sol e praia, segue o conceito de “lugar turístico”.

A expressão lugar turístico, “é utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos”. (CRUZ, 2001, p.7). Neste sentido, o que se caracteriza um lugar turístico é a presença do turista e não de uma infra-estrutura típica de uso turístico como os meios de hospedagem, restaurantes, etc. Obviamente para que um produto turístico se apresente completo ele deve conter atrativos turísticos (histórico-culturais, naturais, eventos, etc), equipamentos e serviços turísticos (áreas de lazer, hotéis, bares, restaurantes, agências, etc) e infra-estrutura básica (fornecimento de água, luz, sinalização, etc). Sendo assim, o que caracteriza e diferencia uma localidade turística de outra, além de suas características peculiares, é o fluxo da demanda e a quantidade e utilização da infra-estrutura turística.

Como qualquer prática social está intimamente ligada e determinada pela cultura CRUZ (2001, p.8) finaliza:

Nenhum lugar turístico tem sentido por si mesmo, ou seja, fora do contexto cultural que promove sua valorização, em dado momento histórico. Isso significa reconhecer, por exemplo, que as praias tropicais, colocadas hoje entre os mais importantes recursos turísticos, assim o são porque as sociedades construíram culturalmente sua valorização. Sem essa definição

cultural, tais praias seriam – para o turismo – um recurso (ou um lugar) tal como qualquer outro recurso natural.

Reconhecendo que a praia é um recurso natural valorizado pela nossa sociedade, e que para que haja Turismo é necessário que a localidade receptora tenha atrativo(s) turístico(s). A presença de praia já caracteriza qualquer localidade a ter um potencial turístico, principalmente se este lugar tiver um clima quente, propiciando o fortalecimento da atividade em praticamente todas as épocas do ano. No território brasileiro, por exemplo, o Turismo de Sol e Praia é o de maior intensidade, pois pode ser praticado durante todo o ano devido ao clima diversificado.

Antes, porém de falar dos impactos causados por este segmento turístico, este será definido.

O Ministério assim conceitua este tipo de turismo: “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor”. Aponta também que “várias acepções têm sido utilizadas para esse segmento, tais como turismo de sol e mar, turismo litorâneo, turismo de praia, turismo de balneário, turismo costeiro e inúmeros outros”. E que para melhor se entender a definição acima retirada do documento *Segmentação do Turismo - marcos conceituais*, este traz algumas explicações sobre tal conceito.

Primeiramente explica que as atividades turísticas pertinentes ao segmento Turismo de Sol e Praia são caracterizadas pela oferta de serviços, produtos e equipamentos de: operação e agenciamento; transporte; hospedagem; alimentação; recepção e condução de turistas entre outras atividades complementares. Sobre a recreação, o entretenimento e o descanso, estes estão relacionados ao divertimento, à distração ou ao usufruto e contemplação da paisagem. Também para fins desse segmento turístico, considera-se praia, a área situada ao longo de um corpo de água, constituída comumente de areia, lama ou diferentes tipos de pedras. Deste modo, estão contempladas: praias marítimas; praias fluviais e lacustres (margens de rios, lagoas e outros corpos de água doce) e praias artificiais (construções similares às praias naturais à beira de lagos, represas e outros corpos de água).

Por fim, o documento afirma que a presença conjunta de água, sol e calor constitui-se o principal fator de atratividade, ocasionada especialmente por temperaturas quentes ou amenas propícias a balneabilidade.

Impactos do Turismo de Sol e Praia

O fenômeno turístico, não importa a qual tipo pertença e onde está instalado, sempre acarretará impactos, sejam positivos ou negativos, às regiões e às populações residentes. Apresenta-se, neste item, o que geralmente acontece nas localidades litorâneas que recebem turistas de sol e praia e os impactos causados pelo desenvolvimento da atividade turística.

Reconhecendo que a existência de água, sol, calor e praia caracterizam-se por atrativos intrínsecos, a presença de visitantes nos lugares com estas particularidades passa a ser ocorrente a partir do momento que se tem acesso aos mesmos. Infelizmente desta forma que se começou o turismo em muitas regiões do Brasil e do mundo, não permitindo que se pensasse em querer desenvolver a atividade no local e pudesse planejar a chegada do turista antes de sua chegada. Sendo assim, encontramos cidades, municípios, ilhas, regiões que obtiveram impactos semelhantes devido à expansão não dirigida do turismo.

É interessante começar citando sobre a ocupação desordenada dos litorais, onde não houve zoneamento urbano, o que permitiu a edificação de prédios e condomínios muito altos à beira-mar, prejudicando a paisagem local e impedindo a visão privilegiada da praia daqueles que não se instalaram ali. Por isto é importante que se tenha um Plano Diretor que contemple a atividade turística e o uso e ocupação do solo.

Em se tratando desta ocupação beira-mar, pode-se refletir conseqüentemente sobre a forma como tal aconteceu. Muitos lugares começam a receber visitantes que se interessam pelo local, passam a visitá-los com certa freqüência e acabam por adquirir residência para poder se instalar e se acomodar nos dias e períodos em que irão usufruir do local. Estas segundas residências, também conhecidas como “casas de veraneio”, geralmente são utilizadas somente em algumas épocas do ano por seus proprietários, em férias e feriados com o objetivo de descansar e aproveitar dos atrativos locais. Muitas vezes, estas são adquiridas para serem alugadas para turistas.

Muitos são os impactos negativos que este tipo de ocupação pode ocasionar. Há uma marginalização da população autóctone que já não consegue se manter em seu local de origem, pois muitas vezes, não tendo a posse legal das terras que ocupam, é obrigada a deixá-las e devido à alta especulação imobiliária não consegue adquiri-las legalmente. A não ocupação permanente destas propriedades acaba por gerar ônus ao setor público que podem ter investido em serviços básicos de água, energia e esgoto para locais pouco utilizados e não gerando renda ao comércio local. O aumento de espaços construídos acontece à medida que se eleva o valor do solo local (a presença de turistas e investimento no turismo gera valorização do suposto território). Esta expansão urbana pode levar a uma degradação ambiental.

MARCELINO (2001, p.181), fala mais sobre esta degradação ambiental em função de novas e desordenadas atividades econômicas ocorridas em espaços litorâneos:

O desordenamento no desenvolvimento das atividades econômicas tem provocado problemas, tais como desmatamentos de áreas remanescentes da Mata Atlântica, de manguezais e da vegetação nas margens de corpos d'água; movimento de terra com corte de dunas; aterros de mangues e lagoas; assoreamento de rios, riachos e lagoas interdunares; erosão de falésias pela retirada da vegetação fixadora; localização inadequada de atividades e empreendimentos industriais e turísticos e de equipamentos urbanos dentre outros; crescimento desordenado das cidades e das povoações rurais, com o surgimento/expansão de loteamentos e favelas.

ASSIS (2003, p.118) corrobora incluindo os impactos sociais:

Em muitos casos, o turismo intensifica a urbanização das ilhas tropicais, transformando-as, principalmente, em balneários de veraneio. Por outro lado, esse processo também resulta em modificações na paisagem natural, assim como nos gêneros de vida e no espaço vivido da população "nativa", que cada vez mais expropriada do espaço confere, confere às representações o sentido de uma dimensão e de uma relação perdidas.

Em se tratando dos impactos ocorridos com os nativos devido ao crescimento da atividade turística, destaca-se a substituição de usos e costumes tradicionais, como a pesca artesanal, agricultura e atividades produtivas expressivas dos municípios predominantemente rurais por ofícios ligados ao turismo.

Em relação à empregabilidade, consegue-se identificar uma situação controversa, nos períodos chamados de alta estação – períodos em que se recebe mais turistas, seja pela estação climática ou período de férias escolares – grande é a oferta de trabalho, dando oportunidade para a comunidade e pessoas de outras localidades se

inserirão no *trade* turísticos. No entanto, na baixa estação, muitos destes trabalhadores não conseguem se manter no emprego ou não querem/podem voltar à ocupação anterior.

Para se evitar tanto impacto negativo, deve-se priorizar ações públicas racionais, cabendo ao poder público o papel de planejador, normatizador, fiscalizador e controlador do turismo. Mas reconhecemos que sua responsabilidade para com todo o desenvolvimento do turismo pode ser amenizada a partir do momento em que a população e o empresariado locais, juntamente com outras entidades fazem parcerias e lutam para o incremento do setor de turismo.

Apesar deste trabalho ter aqui falado basicamente de muitos aspectos negativos, sabemos dos benefícios que a atividade turística acarreta a localidade receptora como: melhorias nos serviços públicos (água, esgoto, limpeza urbana, melhoria de acessos e estradas...) e que locais de sol e praia tem um potencial inquestionável, podendo ser o turismo o propulsor de desenvolvimento sócio-econômico, por meio de uma política séria promovida tanto pelo setor público quanto privado, que leve em consideração a sustentabilidade cultural e ambiental, conseqüentemente emprego, renda e qualidade de vida à comunidade em questão.

Quanto a sazonalidade tão presente neste tipo de turismo, se o conjunto de atores responsáveis turismo local trabalharem corretamente a atividade também poderá amenizar seus efeitos por meio da promoção de eventos, incremento ao *marketing*, na busca por novas demandas e qualificando a população nos quesitos capacitação profissional e no bem receber. A imagem de um lugar estruturado e hospitaleiro acarretará no aumento de turistas para a localidade e o retorno dos que a já visitaram.

Considerações finais

A partir das discussões apresentadas neste artigo, pôde-se perceber o quanto a atividade turística pode modificar e interferir em um determinado território. Sabe-se que quanto mais deficiente for uma localidade no que diz respeito a política e economia, mais a comunidade depende dos recursos de base locais como se pode perceber com clareza nos países de terceiro mundo. Por isto, antes de se implementar qualquer mudança nestas sociedades, por meio de um desenvolvimento da atividade turística ou outra atividade que cause tanto impacto como o turismo, ou seja, que influi na cultura, no ambiente e/ou na economia local, deve-se identificar todas as suas peculiaridades e

os grupos de interesse, para que estes não se afetem com a mudança e sim acompanhe a mudança por meio de participações reais no processo de implantação e desenvolvimento da atividade proposta.

Um dos principais fatores que fazem com que o turismo em uma localidade seja reconhecido, mantido e prestigiado pelos turistas, deve-se ao fato de possuir um diferencial e conseguir mantê-lo, ou seja, não deixando que o fato do crescimento do turismo local influa no meio ambiente natural e no modo de vida da comunidade devido à convivência com pessoas e culturas diferentes. Desta forma, o turismo estaria trazendo impactos negativos à localidade receptora, por meio de uma aculturação e mudança ou deterioração dos atrativos naturais ou construídos pelo homem. Para que isto não aconteça, a participação da comunidade também é essencial, porque por meio de programas de conscientização e valorização de seus atrativos e de sua cultura implantados e reforçados durante o processo de planejamento local, estas pessoas tentarão impedir ao máximo maior influência daqueles que vêm de fora e tentarão manter este seu diferencial.

Tal impedimento diz respeito à possibilidade de um maior conhecimento das diversas variáveis que envolvem o planejamento e gestão do espaço local. Neste caso, a população, de posse das informações e discussões apresentadas no período de levantamento de dados/informações necessários ao planejamento, consegue implementar medidas que valorizem a cultura, os hábitos, as formas de vida local e seu espaço físico.

No turismo, os agentes responsáveis por seu desenvolvimento em uma localidade devem estar atentos também às tendências futuras, para que seu produto acompanhe as mudanças que acontecem tanto internamente, quanto ao seu redor. Portanto, apesar da importância de se preservar as características originais do produto turístico e principalmente da localidade onde este produto se insere, os responsáveis pelo desenvolvimento turístico de qualquer local, deve se preocupar e acompanhar as mudanças que ocorrem em todos os lugares, pois são pequenas coisas que fazem a diferença na hora de cativar o turista ou de manter o seu produto vivo na cabeça das pessoas, ficar atento a estas transições para que possa sempre melhorar o seu atrativo sem perder a sua originalidade.

Para o desenvolvimento de qualquer tipo de turismo, deve-se pensar primeiramente nos conceitos e definições de planejamento sustentável e participação da comunidade no processo de planejamento turístico, tomando decisões e se beneficiando com a atividade turística. No caso especial aqui apresentado – Turismo de Sol e Praia – felizmente, atualmente, maior é a preocupação e legislação frente a ocupação de áreas litorâneas. Portanto, projetos e fiscalização para salvaguardar estes territórios de beleza e importância natural, sem excluir a população autóctone das decisões a serem tomadas sobre as atividades a serem implantadas na localidade, são de suma importância para evitarmos a desordem destes espaços geográficos.

Referências

ASSIS, Lenilton F. de. Turismo e representações na Ilha de Itamaracá: o espaço vivido em foco. In: **Turismo em Análise**. São Paulo: Aleph, maio 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3º Edição. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BOULLÓN, R.C.. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru – SP: EDUSC, 2002.

CARLOS, A. F. A. A forma da cidade. In: **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

FENNELL, David A. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

LICKORISH, Leonard J. e JENKINGS, Carson L. Perspectivas do setor. In: **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MARCELINO, Ana M. T. O Turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo - marcos conceituais. In: **Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil**.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade: Tendências contemporâneas**. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.